



2021

COLETÂNEA DE REALIZAÇÕES

MINISTÉRIO DA
JUSTIÇA E
SEGURANÇA PÚBLICA



PÁTRIA AMADA
BRASIL
GOVERNO FEDERAL

Anderson Gustavo Torres

Ministro da Justiça e Segurança Pública

Tânia Maria Matos Ferreira Fogaça

Diretora-Geral do Departamento Penitenciário Nacional

Josélio Azevedo de Sousa

Diretor de Inteligência Penitenciária

Sandro Abel Sousa Barradas

Diretor de Políticas Penitenciárias

Vanessa Luz

Diretora-Executiva

Jose Renato Gomes Vaz

Diretor do Sistema Penitenciário Federal

Regina Alencar Machado da Silva

Chefe de Gabinete

Márcia Aiko Tsunoda

Chefe da Assessoria de Assuntos Estratégicos

Lício Joaquim da Silva Rego

Chefe da Assessoria de Gestão de Riscos

Alfredo Jose de Souza Junqueira

Corregedor-Geral

Cintia Rangel Assumpção

Ouvidora Nacional de Serviços Penais

Stephane Silva de Araújo

Diretora da Escola Nacional de Serviços Penais

Carlos Luiz Vieira Pires

Diretor da Penitenciária Federal em Catanduvas/PR

Rodrigo Almeida Morel

Diretor da Penitenciária Federal em Campo Grande/MS

Rodrigo Cantero Porto

Diretor da Penitenciária Federal em Mossoró/RN

Leonardo Rosa Maia

Diretor da Penitenciária Federal em Porto Velho/RO

Marcelo Stona

Diretor da Penitenciária Federal em Brasília/DF

Filipe Galhenô Marques

Organizador

INTRODUÇÃO

O Departamento Penitenciário Nacional (Depen) é o órgão vinculado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública responsável por acompanhar e controlar a aplicação da Lei de Execução Penal, além de emanar as diretrizes da Política Penitenciária Nacional.

No ano de 2021, o Depen efetivou grandes entregas à sociedade. O presente documento busca, de forma sintética, prestar informações acerca dos investimentos e realizações que trouxeram benefícios ao sistema penitenciário brasileiro.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

MISSÃO

Garantir a segurança pública, por meio do aprimoramento da gestão do sistema penitenciário, apoio aos entes federados e isolamento das lideranças criminosas, assegurando a promoção da dignidade da pessoa humana.

VISÃO

Ser reconhecido nacional e internacionalmente como instituição essencial à segurança pública e referência de inovação, profissionalismo e atuação qualificada na área da execução penal.

VALORES

- Respeito à dignidade humana
- Profissionalismo e Transparência
- Ética e Integridade
- Inovação e Impacto Social
- Cooperação e Protagonismo

**R\$ 257.377,964,80
MILHÕES**

TOTAL DE INVESTIMENTOS EM OBRAS PENITENCIÁRIAS EM 2021

R\$ 257.377,964,80 milhões de recursos federais e R\$ 6.111.939,17 milhões de contrapartida das unidades da federação.

Total de 35 obras.

**R\$ 139.038.525,05
MILHÕES**

REPASSE FUNDO A FUNDO

Recursos enviados do Fundo Penitenciário Nacional para as Unidades da Federação. Do valor total R\$ 40.923.306,73 foi para investimento, R\$ 65.076.693,27 para ações de modernização/aparelhamento e R\$ 33.038.525,05 para promoção da cidadania e fortalecimento da participação e controle social, e fortalecimento do sistema prisional.

A maior fonte de receita do Funpen foi a venda de bens de criminosos.

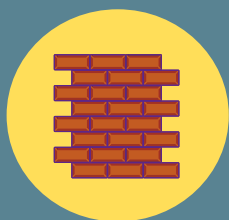
Sistema Penitenciário Federal (SPF)

O SPF tem cumprido com excelência seu papel de gerir estabelecimentos penitenciários federais de segurança máxima, abrigando presos de alta periculosidade e isolando de forma eficiente os líderes de organizações criminosas. Não há registro de entrada de celulares, armas ou objetos não permitidos em suas dependências.



Armamento

Em 2021, foram investidos R\$ 3.704.704,00, para a aquisição de 1.600 pistolas 9 mm, de forma a equipar todo o contingente de servidores do Depen.



Muralhas

Intensificação do nível de segurança dos perímetros externos das Penitenciárias Federais, reforçando a barreira perimetral. Custo médio R\$ 29.598.252,61.



Movimentação de presos

Em 2021 foram incluídos nas unidades do Sistema Penitenciário Federal 126 presos de alta periculosidade, que desafiam o Estado e insistem em causar abalo à paz social com atos criminosos. O processo de inserção de presos envolve decisões de dois magistrados e pareceres do Depen. Além disso, houve 181 exclusões, 4 transferências e 4 movimentações para apresentação em sessões de Tribunal de Júri. No total, foram feitas 317 movimentações no sistema penitenciário federal.



Outras ações

Em 2021 o Depen também manteve foco em seus servidores, buscando garantir segurança, identificação institucional e qualificação ao seu corpo funcional. Assim, houve investimento de mais de 8 milhões de reais em **uniformes operacionais** e coletes balísticos.

Foi aprovada a **Doutrina de Armamento e Tiro**, documento que visa apresentar os conhecimentos necessários quanto ao manejo e uso de armas de fogo, com ênfase na eficiência e cuidados necessários ao emprego adequado destes recursos.

Também foi constituído o **Banco de Instrutores do Depen**, para atuação em 35 áreas temáticas (divididas em 6 eixos), com qualificação (em 2021) de 114 servidores. O processo continuará em 2022.

Capacitação em Serviços Penais



Matriz Curricular Nacional

Atualização da Matriz Curricular Nacional, a partir do desenvolvimento de estudo científico e do mapeamento de competências referentes aos cargos das carreiras penais estaduais e federais vinculados aos órgãos penitenciários a ser desenvolvido pela Universidade Federal do Pará (UFPA), contratada por meio de um TED no valor de R\$ 946.192,51.

Rede de Escolas de Serviços Penais

Fortalecimento e consolidação da política de desenvolvimento dos servidores do campo penal, a partir de reuniões técnicas trimestrais realizadas com as Escolas Estaduais de Serviços Penais, nas quais é realizado o intercâmbio de práticas positivas. Em 2021 foram realizadas 4 reuniões técnicas, um Encontro Nacional de Escolas de Serviços Penais e foi instituída formalmente a Rede de Escolas de Serviços Penais.



Educação à Distância



Parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) foi firmada por meio de Termo de Execução Descentralizada, no valor de R\$ 2.526.206,98, para contemplar a entrega de pacotes de conteúdo multimídia ao Depen, que os utilizará para ofertar cursos em Ambiente Virtual de Aprendizagem aos profissionais do sistema penitenciário. Os profissionais do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP) e demais profissionais da área de segurança pública do Mercosul também serão contemplados pela plataforma.

Entregas da primeira etapa (mar/2022): otimização de políticas públicas no contexto carcerário (60h/a), Conselho da comunidade e controle social: formação de conselheiros (40h/a), Curso Básico de Inteligência Penitenciária para Outros Órgãos (40h/a), Sistema PALASNET - Base de conhecimento colaborativa de inteligência (20h/a), Implementação e gestão de fundo rotativo (20h/a) e Gênero e sexualidade no sistema prisional (20h/a).

Participação e controle social

Projeto Ressocializa



Ação experimental de implementação de Centros de Reintegração Social, gerenciados pela sociedade civil, por meio da aplicação da metodologia Apaqueana de gestão prisional, considerada uma tecnologia social alternativa no sistema prisional, executada no bojo da Política de Participação e Controle Social na Execução da Pena. Os investimentos realizados são da monta de R\$ 28 milhões de reais, recursos que permitirão a criação de 947 vagas no sistema prisional. No presente exercício, o projeto já subsidiou ações de sensibilização comunitária no Paraná, Rio Grande do Sul e Maranhão, levando a discussão das questões sobre a pena privativa de liberdade ao âmbito municipal, com a realização de audiências, fóruns e cursos de capacitação comunitária, na perspectiva de engajamento social para a promoção de segurança pública.

Informatização das inspeções prisionais



A criação de um módulo de inspeção prisional dentro do SISDEPEN, atende a recomendações do TCU - ACÓRDÃO Nº 972/2018 - TCU, possibilitando vantagens significativas às atividades de inspeção a estabelecimentos penais, entre as quais podemos citar:

- Utilização do banco de dados já existente no sistema;
- Possibilidade de cruzamento dos dados das inspeções com os dados dos formulários do Infopen;
- Possibilidade de cruzamento com os dados do SISDEPEN Indivíduos, entre outros.
- Utilização da ferramenta por outras instituições e órgãos que possuem atribuições de fiscalização de estabelecimentos penais.

O novo formulário foi elaborado com a participação de representantes da Defensoria Pública da União (DPU), Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Colégio Nacional de Defensores Públicos-Gerais (CONDEGE), Ouvidoria Nacional dos Serviços Penais (ONSP/DEPEN/MJ) e Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCCP).

Participação e controle social

Projeto (Re)Integro



Ação experimental do Departamento Penitenciário Nacional a ser desenvolvida no Distrito Federal, com escopo geral em dois eixos: Eixo Formativo - destinado à capacitação da sociedade civil; e Eixo Revitalização de espaços públicos e trabalho prisional. Em 19/11/2021 foram assinados o Acordo de Cooperação Técnica Nacional com a Secretária de Estado da Educação do DF para implantação do Projeto, e ainda, publicado edital de chamamento público para a escolha de organização da sociedade civil que implantará as oficinas de trabalho do projeto, desdobrada em dois polos de atuação, que são complementares: Oficina de revitalização de espaços públicos; e Oficina de sustentabilidade e divulgação institucional. Por intermédio do trabalho das pessoas presas será possível realizar o investimento de R\$ 1.500.000,00 na revitalização de escolas públicas e espaços comunitários, localizados em regiões vulneráveis e com intensa ocorrência de criminalidade violenta, bem como na reforma de mobiliários e demais necessidades diagnosticadas.

Sistema Interamericano de Direitos Humanos



O Depen tem acompanhado as deliberações e decisões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), especialmente quanto aos casos que já possuem resoluções emanadas dos oficiais dos órgãos vinculados. O objetivo é auxiliar na resolução das questões enfrentadas naquele fórum internacional e auxiliar com investimentos do Fundo Penitenciário Nacional. Em 2021, os estados que possuíam processos na Comissão foram priorizados nos repasses para investimento em obras.

Participação Social

Em 2021 também foi criado um cadastro nacional de Organizações da Sociedade Civil que administram estabelecimentos penais, nos moldes do art. 3ºB, II da Lei Complementar 79 (Funpen).

Outro projeto, executado em parceria com o IPEA, promove a capacitação da sociedade civil para atuar em parceria com o estado na política penitenciária.

Ainda no contexto da capacitação, também foram promovidas ações voltadas aos gestores das políticas de controle social que operam no sistema penitenciário.

O Depen também estimula a criação e o fortalecimento de estruturas de Ouvidorias e Conselhos da Comunidade.

Foi iniciada a proposta de institucionalização da Política Nacional de Participação Social na Execução Penal.



Geração de Vagas

Segundo informações do Sisdepen, houve um aumento de 7,2% na quantidade total de vagas no sistema prisional brasileiro, somando-se o efetivo das unidades estaduais e do Sistema Penitenciário Federal (SPF), partindo de total de vagas de 455.113 em dezembro/2020 para 487.932 em junho/2021. Alguns estados informaram aumentos expressivos na quantidade de vagas em suas unidades: estado de Pernambuco lidera estes números com quase 80% de aumento em seu quantitativo total de vagas, seguido por Roraima (86,4%) e Minas Gerais (51,14%).

O Sistema Penitenciário Federal, gerido pelo Depen, concluiu os estudos sobre o projeto da nova Penitenciária Federal em Charqueadas, no Rio Grande do Sul, cuja obra terá início em 2022, para geração de mais 300 vagas.

O déficit de vagas no sistema prisional brasileiro sofreu significativa redução. Os dados enviados pelos estados e Distrito Federal, apontaram uma redução de 11,8% entre 2020 e 2021.



Painel de monitoramento de obras penitenciárias

O Departamento Penitenciário Nacional (Depen), por meio de sua Diretoria Executiva, desenvolveu um serviço inédito que facilitará o acesso aos dados referentes à geração de vagas prisionais no sistema penitenciário nacional, bem como o acompanhamento de obras relativas às construções, reformas e aprimoramentos de estabelecimentos prisionais que utilizam recursos do fundo a fundo, contratos de repasses e recursos estaduais: o Painel de Monitoramento de Obras.

<https://www.gov.br/depen/pt-br/painel-de-monitoramento-de-obras-perguntas-e-respostas-1>

Geração de Vagas



Projetos Referenciais

Em continuidade ao projeto que é fruto da parceria entre Depen e UnB - Universidade de Brasília e que já realizou a doação de projetos arquitetônicos referenciais de penitenciária de segurança média e cadeia pública no ano 2020, para 2021, está em andamento a doação do projeto arquitetônico do estabelecimento prisional de regime semiaberto (colônia agrícola). Para o ano de 2022, está prevista a entrega dos projetos de penitenciária de segurança máxima, casa de albergado e centro de observação criminológico.



Engenheiros e Arquitetos

Foi efetivada a contratação temporária de cerca de 50 engenheiros e arquitetos que impulsionarão a execução de recursos federais - do Fundo Penitenciário Nacional - nas unidades da federação para construção, reforma e ampliação dos estabelecimentos prisionais. Desde 2016, foram injetados cerca de R\$ 1 bilhão para execução de aproximadamente 240 pleitos de obras nos estados e Distrito Federal. Com o reforço do efetivo, pretende-se uma análise mais célere dos projetos de engenharia pela equipe do Depen e uma relação mais aproximada com as unidades da federação.

Videoconferência



Visando aprimorar a infraestrutura do atual sistema prisional, de modo a promover aumento na oferta de assistência jurídica e na assistência social, em 2021 foi realizado o investimento de R\$ 37.172.542,39 em sistemas de videoconferência celebrados com 15 estados instrumento de repasse.

O investimento em salas de videoconferência otimizará os processos de escolta de presos e agilizará o andamento de processos judiciais.

Veículos para presas mulheres

Aquisição de 99 veículos sedans adaptados para transporte de mulheres presas, lactantes, grávidas ou com necessidades especiais. Investimento de R\$8.339.859,00. Em fase de entrega/doação dos primeiros 40 veículos.



Ônibus e vans

Foram entregues 66 ônibus e 46 furgões, que darão mais segurança ao trabalho dos policiais penais de 20 estados, do Distrito Federal e das cinco penitenciárias federais. Ao todo, R\$ 106 milhões em recursos federais foram investidos na compra de 298 furgões e 132 ônibus. Receberam as viaturas os estados de Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins. Também foram entregues novas viaturas no Distrito Federal e nas penitenciárias federais localizadas em Catanduvas (PR), Mossoró (RN), Campo Grande (MS), Porto Velho (RO) e Brasília (DF).

Inteligência Penitenciária

Encontro Nacional de Agências de Inteligência



O 1º Encontro Nacional de Agências de Inteligência Penitenciária (ENAIP) ocorreu de 14 a 16 de setembro de 2021, e foi idealizado para gerar ativos de valor na busca por melhores performances no tratamento, avaliação e acompanhamento dos trabalhos de inteligência no âmbito nacional.

O encontro teve a participação de integrantes do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Secretaria de Operações Integradas, Policiais Penais dos estados, ABIN e Polícia Federal, e discutiu o papel da inteligência penitenciária, o combate ao crime organizado e a atuação das organizações criminosas Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV).

O ENAIP objetivou dar voz aos gestores e inteligências estaduais na busca por uma construção única em relação à atividade de Inteligência Penitenciária.

Seminário Regional de Integração



1º Seminário Regional de Integração das Agências de Inteligência Penitenciária (Sul) – SERIIPEN: o evento, ocorrido no período de 30/11/2021 a 02/12/2021 na cidade de Curitiba/PR, se propôs a discutir os problemas enfrentados pelas agências de inteligência do sistema prisional do sul do país, com destaque para as boas práticas e networking entre os participantes. Além disso, o I SERIIPEN abordou ainda temas como “Contraineligência, Doutrina e Capacitação no âmbito da Inteligência Penitenciária e Sistemas em Inteligência Penitenciária”.

Visitas Técnicas aos estados



Em 2021, o Depen iniciou um ciclo de visitas às Agências de Inteligência Penitenciária de todas as capitais do Brasil, promovendo intercâmbio de dados e de conhecimentos, estreitando relações profissionais, conhecendo a realidade local e identificando as necessidades de materiais e capacitação. Todos os estados e DF receberam 1 (um) Notebook e 5 (cinco) tablets para melhoria das atividades desempenhadas pelas Agências de Inteligência Penitenciária (AIPEN).

Integração do Depen em forças-tarefas policiais

Foram implantados observatórios Regionais de Inteligência Penitenciária (Oripem) nas cinco regiões do Brasil, como “órgãos consultivos permanentes e auxiliares da Diretoria de Inteligência Penitenciária do Departamento Penitenciário Nacional”, na direção de promover a integração com os entes federados.

Além disso, o Depen cedeu servidores para composição de forças-tarefas com outras forças policiais em mais de 06 estados brasileiros (RN, MS, MG, CE, SP e RJ).

Operação Modo Avião

A Operação Modo Avião é uma ação que demonstra o trabalho de integração entre o Depen, as Secretarias de Estado de Administração Penitenciária e outras forças de segurança, objetivando a manutenção da ordem jurídica e tranquilidade da sociedade, por meio do combate a organizações criminosas.

As ações tiveram início em agosto de 2021 e consistem na varredura eletrônica em unidades prisionais indicadas com maior grau de fragilidade, de modo a identificar e, posteriormente, inabilitar aparelhos celulares introduzidos ilegalmente em penitenciárias.

Em 2021, no lançamento da operação, as ações de varredura já ocorreram em 36 (trinta e seis) unidades prisionais de 6 (seis) estados da federação, com resultado de 3951 aparelhos identificados.

SISDEPEN INDIVÍDUOS

O SISDEPEN Indivíduos é uma plataforma colaborativa da União em conjunto com as unidades federadas, que contribui para aperfeiçoar a gestão do sistema prisional, propiciando informações ao Poder Judiciário, Ministério Público, Polícias e Agências de Inteligência.

Em 2021, as ações buscaram o aprimoramento e modernização das tecnologias utilizadas, de modo a proporcionar maior controle sobre as integrações e melhor organização dos dados.

Atualmente, os estados do RN, PB, BA, AC, CE, PI, PE, TO, GO e MS estão integrados de maneira online. SP e PA estão finalizados do ponto de vista tecnológico, pendentes de ajustes documentais. SC, PR, RS e DF encontram-se em desenvolvimento tecnológico. MG está passando por ajustes administrativos. RJ, SE e o Sistema Penitenciário Federal estão na iminência de migração de sistema e, em seguida, a integração será iniciada. Nos demais estados, já foram iniciadas conversas técnicas.

Ainda em 2021, foi desenvolvida a API (*Application Programming Interface*) do SISDEPEN Indivíduos, que é a plataforma tecnológica que possibilita consultas externas aos dados. Nesse caso, estão sendo habilitadas consultas ao Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU). Nesse sistema, em parceria com o CNJ, o Depen investiu R\$30 milhões do Fundo Penitenciário Nacional.



Atenção ao Servidor Penitenciário

O Depen criou um Setor específico em sua estrutura para o desenvolvimento de ações e projetos de cuidado com os servidores penitenciários de todo o país. O Serviço de Promoção da Saúde e de Valorização do Servidor tem como função apoiar as Secretarias de Administração Penitenciárias ou pastas responsáveis pelo tema no fomento de ações de promoção à saúde, qualidade de vida e valorização do servidor penitenciário.



Projeto de saúde e qualidade de vida do servidor

Em 2021 foi firmada parceria com a Universidade de Brasília (UNB) para um projeto inédito e inovador no âmbito do Depen, que promoverá saúde e qualidade de vida para os seus servidores e colaboradores.

Por meio de diagnóstico, reformulação de políticas e programas já existentes, além de aprendizado e produção bibliográfica científica, o Depen pretende identificar o conceito de qualidade de vida no trabalho com base na percepção dos servidores e colaboradores; mapear as fontes de bem-estar e mal-estar vivenciadas pelos que trabalham no Departamento; levantar comentários e sugestões dos participantes por meio de pesquisa sobre o projeto e promoção de medidas de aprimoramento da temática.

Para a execução dos trabalhos, o Depen contará com a atuação de uma equipe acadêmica do Grupo de Estudos em Ergonomia Aplicada ao Setor Público (ErgoPublic), vinculado ao Departamento de Psicologia Social e do Trabalho do Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília (UnB).

A Diretora Executiva do Depen, Vanessa Luz, responsável pelas tratativas, afirmou que a parceria é a primeira celebrada entre a Unb e um órgão da Segurança Pública.

Parceria com UFPE sobre reincidência criminal e reentrada

A parceria visa executar projeto de pesquisa de “Perfil e dinâmica sócio-econômica dos egressos do Sistema Prisional Brasileiro” e, de forma geral, realizar ações de cooperação técnico-científica, intercâmbio de conhecimentos, informações e experiências visando apoiar a avaliação, o monitoramento e o fomento à pesquisa das ações, planos e programas sob responsabilidade do Departamento Penitenciário Nacional. O prazo de vigência deste Termo de Execução Descentralizada é de 12 (doze) meses. A execução do objeto do presente termo requererá o montante de recursos no total de R\$872.000,00.



Identificação civil de pessoas presas

Em 2021 foi concluída a entrega dos equipamentos para a Ação Nacional de Biometria e Documentação Civil de Pessoas Presas. O projeto, lançado em agosto deste ano, faz parte do Termo de Execução Descentralizada (TED) entre Ministério da Justiça e Segurança Pública, por meio do Depen, e o Conselho Nacional de Justiça - CNJ, no valor de R\$ 35 milhões do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen). Por meio de articulação com mais de 150 instituições nacionais e locais, a ação criará uma estrutura nacional permanente para identificação civil de pessoas presas por biometria, com foco na emissão de documentos para acesso a políticas de cidadania. Os dados serão também utilizados para fins de segurança pública, sempre que necessário. Foram distribuídos 5.400 kits de coleta biométrica - contendo: webcam; anel de luz com montagem; tripé de suporte de anel de luz; suporte de anel de luz; pano de fundo; HUB c/cabo USB; fonte de alimentação; scanner impressão digital; e instrumentos de assinatura - aos Tribunais de Justiça Estaduais, Federais e Militares para implementação de um fluxo contínuo e nacional de Identificação Civil desde a entrada das pessoas no sistema prisional.

Assistências às pessoas privadas de liberdade



Nota Técnica CNJ-Depen Atenção aos Egressos

O Departamento Penitenciário Nacional e o Conselho Nacional Justiça têm compartilhado esforços para desenvolver uma política nacional de atenção às pessoas egressas do sistema prisional. Por meio da Nota Técnica 110.23.59, de 7 de junho de 2021, as instituições tratam sobre a implementação e fortalecimento de serviços especializados de atenção à pessoa egressa do sistema prisional.

O objetivo da NT é apoiar iniciativas voltadas aos egressos como uma política pública e descrever assuntos como: financiamento de bolsas, auxílios e análise de convênios técnicos.

No bojo dos esforços realizados, encontram-se 20 convênios firmados entre o Depen e Unidades da Federação, nos quais estão sendo implantados ou aprimorados os Patronatos/Escritórios Sociais e para os quais o CNJ, por meio do Programa Fazendo Justiça, realiza a transferência de conhecimento e a implantação de seu modelo de gestão, por meio de assessoria especializada e realização do processo formativo das equipes.

RESGATA



O objetivo do Selo Resgata é incentivar, estimular e reconhecer as organizações que utilizam mão de obra oriunda do sistema prisional brasileiro, de forma a ampliar as vagas de trabalho proporcionando melhores condições de reintegração social.

Neste ano o Depen realiza o 4º ciclo do selo de responsabilidade social RESGATA (2022-2023) que teve abertura para inscrição no mês de novembro e seguem em aberto até o dia 31/12/2021. Até 15/12/21 havia 376 inscrições registradas.

Trabalho do preso



O Depen promoveu, em 2021, o V Seminário sobre Gestão, Fomento e Boas Práticas para a oferta de trabalho à pessoa presa. Participaram do evento o Conselho Nacional de Justiça, o Ministério Público do Trabalho, Conselho Nacional do Ministério Público, Banco do Brasil e representantes dos entes federados. O objetivo do seminário foi disseminar e fomentar, junto aos estados da federação, modelos de sucesso a partir de convênios celebrados com a iniciativa privada e gestores públicos para o sistema penitenciário. O seminário contabilizou 1.350 inscritos.

Consultores PNUD

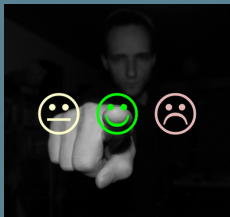
Foram contratados pelo Depen 12 consultores para apoiar na construção de metodologia, assessoramento e desenvolvimento de documento final dos Planos Estaduais sobre Trabalho no Sistema Prisional e dos Planos Estaduais de Atenção às Mulheres Privadas de Liberdade e Egressas. A contratação ocorreu por meio do Acordo de Cooperação Técnica firmado com Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Com o apoio para a construção dos Planos junto às Unidades Federativas, pretende-se estruturar um modelo de gestão da política penitenciária nacional respeitando as especificidades estaduais, a partir de novos postulados, princípios e diretrizes que orientem as políticas. Também, por meio das ações, serão estruturados indicadores e metas, permitindo o melhor monitoramento dos objetivos previstos pelos planos.

MANUAL MÃO DE OBRA PRISIONAL



Em 2021, o Depen desenvolveu o manual Mão de Obra Prisional - 1ª Edição/Março de 2021 para esclarecer e sistematizar os principais pontos relacionados ao trabalho prisional, bem como facilitar a integração entre a iniciativa privada, órgãos públicos e o sistema prisional.



CARTILHA DE BOAS PRÁTICAS EM OFERTA DE TRABALHO NOS SISTEMA PRISIONAL

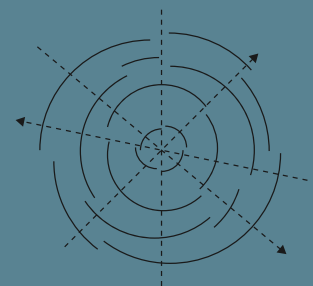
A fim de divulgar boas práticas no Trabalho Prisional entre os estados, em setembro de 2021, o Depen convidou as secretarias estaduais de administração penitenciária para compartilharem as experiências exitosas relacionadas ao trabalho prisional. A iniciativa recebeu a inscrição de 36 projetos de boas práticas de trabalho no sistema prisional, sendo as primeiras selecionadas disponibilizadas na 1ª Coletânea do Depen. O material servirá para inspirar os demais entes federados, para que possam replicar e fomentar o trabalho dos presos no Sistema Prisional, a fim de contribuir com a efetiva ressocialização. A 1ª edição será publicada em dezembro de 2021 e as próximas edições devem ser publicadas semestralmente, com atualização das ações e projetos.

Webinário sobre monitoração eletrônica

Em novembro de 2021 foi realizado o I Webinário sobre gestão, fomento e boas práticas para a monitoração eletrônica de pessoas, com participação dos órgãos que constituem a execução penal, bem como de autoridades com conhecimento na pauta.

O evento discutiu novos alinhamentos para a expansão da monitoração, a política de proteção de dados pessoais e desafios da ferramenta.

Participaram do evento diversos órgãos da execução penal, como juízes da execução penal e Ministério Público.



AÇÃO DE SAÚDE EM PRESÍDIO



O Depen, em parceria com a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), o Ministério da Saúde (MS) e o estado de Pernambuco, realizou uma ação de cidadania na Penitenciária Juiz Antônio Luís Lins de Barros (PJALLB), em Recife. Ao todo, mais de 2,6 mil pessoas foram atendidas. Foi a maior ação de saúde da história do órgão da execução penal. O Depen aparelha espaços de saúde em todo o Brasil, classificados como Unidades Básicas de Saúde (UBS). Estão vigentes 34 convênios com esse objeto, perfazendo um valor global de R\$ 47.181.146,76. Com compras de insumos, o Depen investiu R\$ 42.123.484,00 do Fundo Penitenciário Nacional - Funpen.

Controle da pandemia no sistema prisional brasileiro



Durante a pandemia da Covid-19, em apoio aos estados e Distrito Federal, o Depen atuou em ações de saúde, orientações técnicas, aquisição de insumos, reuniões com gestores e realização de eventos on-line para compartilhar boas práticas e incentivar a produção de materiais de combate à doença. Na compra de insumos de combate à Covid e testes rápidos, por exemplo, foram investidos R\$46.491.959,10, provenientes do Funpen.

Com a colaboração do Ministério da Saúde e da Fiocruz, o Depen produziu materiais com orientações técnicas, a fim de auxiliar os gestores de saúde do sistema prisional. O Manual de Recomendações para Prevenção e Cuidado da COVID-19 no Sistema Prisional Brasileiro foi um dos documentos produzidos.

Foi estabelecido, ainda, um cronograma de reuniões semanais entre profissionais do Depen e gestores das unidades federativas para o acompanhamento e repasse de informações em parceria com o Ministério da Saúde. A iniciativa foi ofertada a todos os dirigentes das mais de 1300 unidades prisionais brasileiras.

Esse esforço coletivo permitiu que as indesejáveis taxas de mortalidade no sistema prisional fossem sete vezes menores que a média de mortes na população livre.

Outros materiais seguem disponíveis para os gestores, como o Procedimento Operacional Padrão (POP) Medidas de Controle e Prevenção do novo Coronavírus no Sistema Penitenciário Federal (SPF).

No Painel de Monitoramento dos Sistemas Prisionais, todos os materiais e insumos doados pelo Depen para o sistema penitenciário brasileiro podem ser conferidos. Acesse: <https://www.gov.br/depen/pt-br/assuntos/acoes-contrapandemia>.

AUMENTO NA OFERTA DE TRABALHO E EDUCAÇÃO NO SISTEMA PRISIONAL



Na temática de **trabalho prisional**, houve um **aumento de 21,5%** na quantidade presos em atividades laborativas nas unidades prisionais físicas do Sistema Prisional Brasileiro: de 92.813 em dezembro/2020 para 112.761 em junho/2021. Contudo, alguns estados mostraram aumentos muito mais expressivos: o estado do Piauí foi o que apresentou maior crescimento no que tange à quantidade de custodiados em atividades laborais (135,47%), seguido pelo Ceará (130,9%) e Distrito Federal (65,61%). Estes aumentos refletem o relaxamento gradual das medidas de combate à COVID-19, o avanço da vacinação e possibilidade de avanço nas parcerias e execução de projetos conduzidos pelas Secretarias.

Vale destacar, também, que alguns estados como Maranhão, Santa Catarina, Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul, historicamente, vêm apresentando bons números neste quesito. No período de dezembro de 2015 a junho de 2020 apresentaram os melhores cenários no ranking nacional (absoluto e relativo) de presos envolvidos em atividade laboral.

No quesito **atividades educacionais**, houve um aumento de 54,15% na quantidade de presos em atividades dessa natureza. De 165.127 em dezembro/2020 para 254.527 em junho/2021.

Alguns estados, porém, mostraram aumentos muito mais expressivos: o estado de São Paulo mostrou um crescimento de 216,5% na quantidade de presos em atividades educacionais, seguido pelo Maranhão (106,83%) e Mato Grosso (101,88%).

Entretanto, o Estado do Maranhão figura com o maior percentual de atividades educacionais por população prisional (137,66%), o que significa que há mais atividades ofertadas do que o quantitativo de pessoas presas, de acordo com dados fornecidos pelo estado. Os demais estados que aparecem no ranking, são: SC (89,44%), MT (58,50%), SP (54,25%), TO (49,04%) e BA (42,57%).

Seguindo a mesma lógica citada anteriormente, estes aumentos podem estar relacionados ao retorno gradual das atividades, no ano de 2021, com o arrefecimento da pandemia e vacinação dos presos e servidores, mas o esforço dos gestores para oferta de educação é visível.

O quantitativo atual total de presos em atividades educacionais (37,79%) corresponde a mais que o dobro do então melhor resultado no Brasil (dez/2019), número nunca antes alcançado e que superou a meta prevista no Planejamento Estratégico do MJSP para 2023, quando seriam atingidos 130.000 presos.



ENEM e ENCCEJA

O Depen fomenta e facilita a participação dos presos em atividades educacionais complementares, como a participação no Exame Nacional do Ensino Médio - Enem e no Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos - Encceja.

Em 2021, houve 92.660 pessoas privadas de liberdades inscritas no Encceja PPL e 41.864 inscritos para o Enem 2022.



DOAÇÃO DE OBRAS LITERÁRIAS

Aquisição e doação de obras literárias com intuito de fomentar o direito ao acesso do público prisional à literatura como parte integrante do processo de Educação. Dessa forma, servirá para o incremento do acervo de livros nas unidades prisionais, fomento aos clubes de leituras, ampliação das ações de remição de pena pela leitura, e atividades de leitura em geral.

O custo dessa ação é na ordem de R\$ 4.593.391,71 para aquisição de 267.352 exemplares de livros.



Cooperação Depen e estados



Encerrou-se a presença da Força Tarefa de Intervenção Prisional - FTIP no controle da Penitenciária Agrícola de Monte Cristo (PAMC), localizada em Boa Vista, Roraima. Desde a sua chegada, a FTIP realizou mais de 47 mil de atendimentos de saúde na unidade e mais de 14 mil atendimentos jurídicos. Os reflexos da atuação puderam ser sentidos extramuros com a redução do índice de homicídios em 32,22%, segundo a Secretaria de Estado de Segurança Pública de Roraima (SESP). Foram investidos 12 milhões do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) para reforma da unidade prisional onde ocorreram os trabalhos.

Assistência Religiosa



Foi realizado, de forma inédita, o 1º Levantamento sobre Prestação de Assistência Religiosa no sistema penitenciário do país, junto aos gestores prisionais. Foram colhidas respostas em duas vertentes: a partir do olhar dos gestores que custodiam a população privada de liberdade e dos líderes religiosos que atuam no sistema.

O objetivo do questionário foi analisar assuntos pertinentes à oferta de assistência religiosa no sistema penitenciário. A Lei de Execução Penal (LEP) traz a oferta religiosa como direito da população privada de liberdade. Além disso, o levantamento visou diagnosticar desafios e boas práticas capazes de fomentar políticas públicas em âmbito nacional.

Foram registradas 1.181 respostas de unidades de todos os estados e do Distrito Federal.

A pesquisa apontou, por exemplo, que 30% das unidades prisionais ofertam algum tipo de assistência religiosa no sistema penitenciário brasileiro.

Sistema Penitenciário Federal - SPF

Foi comemorado o aniversário de 15 anos do Sistema Penitenciário Federal com o lançamento da Campanha: SPF 15 anos – Pela Ordem e Segurança do Brasil. A campanha objetivou a divulgação de ações e atividades realizadas no SPF para o combate do crime organizado, isolando lideranças e presos de alta periculosidade, por um rigoroso e eficaz regime de execução penal, salvaguardando a legalidade e contribuindo para a segurança do Brasil. Por meio das divulgações, todos puderam conhecer mais sobre o trabalho realizado nas 5 penitenciárias federais, além das ações relacionadas à inteligência penitenciária e sobre as carreiras envolvidas para que a ordem e a segurança do país sejam mantidas.

O SPF é referência no Brasil e no mundo pelo fiel cumprimento da Lei de Execução Penal (LEP), além de não ter registros de fugas, rebeliões e nem entrada de materiais ilícitos. Na semana do aniversário, o Ministro Anderson Torres visitou a Penitenciária Federal em Brasília (PFBRA).

A comemoração contou ainda com a realização do “XII Workshop sobre o Sistema Penitenciário Federal” promovido pelo Conselho da Justiça Federal, em parceria do Depen. A programação teve a participação do comissário das prisões na Carolina do Norte, Estados Unidos, Todd Ishee, além dos membros do Conselho da Justiça Federal, da Diretora-Geral do Depen, Tânia Fogaça, e do Diretor do Sistema Penitenciário Federal, Renato Vaz.



Sistema Penitenciário Federal e Interpol

Foi solicitada a inclusão de presos do SPF na Difusão Verde (Green Notice) da Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol). A lista fornece avisos e informações sobre criminosos propensos a repetir estes crimes em outros países. A inclusão dos nomes colabora para o monitoramento de presos que retornem, que progridam de regime, ou que tenham a liberdade concedida pelos mais variados motivos. "O crime organizado não respeita fronteiras. Cada vez mais, a cooperação e a troca de informações entre os países são necessárias para impedir lideranças criminosas de ampliarem sua atuação", afirmou o ministro da Justiça e Segurança Pública, Anderson Torres.

REVISTA BRASILEIRA DE EXECUÇÃO PENAL



Na linha editorial, o Depen mantém a Revista Brasileira de Execução Penal (RBEP) com o International Standard Serial Number (ISSN) 2675-1895 (impresso) e e-ISSN (online): 2675-1860. O periódico tem escopo técnico-científico e publica artigos, entrevistas com personalidades, resultados de consultorias e relatos de experiências, originais e inéditos, resultantes de estudos teóricos e saberes especializados, produzidos por pesquisadores de universidades e operadores de instituições vinculadas ao sistema de justiça criminal, em especial, dos sistemas penitenciários do Brasil e no exterior.

A Revista tem circulação semestral e encontra-se disponibilizada nas versões impressa e online.

No ano de 2021, publicou dois dossiês, o primeiro, intitulado “Saúde no Sistema Prisional” - Política Pública, Assistência à Saúde e a Pandemia de COVID-19 (v. 2, n. 1, 2021, edição eletrônica) e o segundo volume com o tema “Mulheres e grupos específicos no sistema penitenciário” (v. 2 n. 2, 2021, edição eletrônica).

As edições estão organizadas nas seções: artigos, relatos de experiências, artigos em fluxo contínuo, Entrevistas, documentos e notas técnicas. Nessa direção, a RBEP reúne conhecimentos e proporciona o diálogo plural sobre as pautas inerentes à execução penal, em especial, a partir de registros técnicos e científicos produzidos por pesquisadores e operadores dos sistemas de justiça criminal no Brasil.

As duas primeiras edições do periódico contaram com a tiragem de 1.000 exemplares e a versão digital encontra-se disponível no endereço <http://rbepdepen.depen.gov.br>



Cartilha de abuso de autoridade

Foi publicada em 2021 a Cartilha - Abuso de autoridade na atividade policial penal, que se destina à orientação dos servidores dos sistemas penitenciários brasileiros quanto à disciplina introduzida pela “Nova Lei de Abuso de Autoridade”, a Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019.

Depen e Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

Firmado Acordo de Cooperação Técnica para a implementação do Projeto "Raça/Cor no Sistema Prisional: respeito e acesso a direitos". O projeto visa a capacitação de servidores nos sistemas penitenciários, por meio de plataforma educacional da Escola Nacional de Serviços Penais do Depen, com o intuito de incentivar e qualificar as ações e atividades de promoção da Igualdade Étnico-Racial no âmbito do sistema penitenciário nacional. A atuação conjunta do Ministério da Justiça e Segurança Pública e do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, mediante capacitação dos servidores dos sistemas penitenciários, é ação importante para incentivar e qualificar as atividades de promoção da igualdade étnico-racial em ambientes prisionais





Planejamento estratégico do Depen

Em 2021, o Departamento Penitenciário Nacional instituiu seu Planejamento Estratégico para o período de 2022 a 2032, por meio da Portaria nº 528, de 09 de dezembro de 2021.

O Planejamento é ferramenta hábil a estabelecer, com clareza, um conjunto de orientações para toda a organização, quais são os objetivos a serem atingidos, visando direcionar a atuação integrada do Depen para o alcance dos objetivos e resultados estratégicos.

O Planejamento Estratégico foi desenvolvido pela Assessoria de Assuntos Estratégicos e possibilitou a participação de todos os servidores do Departamento.

Inovação e solução de problemas do sistema prisional



O Departamento Penitenciário Nacional lança, em projeto inovador, edital para a contratação de empresa para a prestação de Serviços especializados na organização e ministração do evento PITCH DAY, voltado ao desenvolvimento de competências iniciais relacionadas à utilização do Marco Legal das Startups (Lei Complementar nº 182, de 2021), e ao conhecimento do potencial das Startups para a resolução de problemas do sistema penitenciário nacional.

O edital foi lançado no âmbito do Projeto de Inovação da Gestão, em execução junto à Organização dos Estados Ibero-americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura – OEI.

O evento Pitch Day será realizado em 2022.

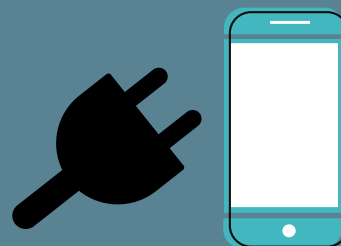
O Depen instituiu sua unidade de Inovação em 2021.

Regras sobre uso de verbas públicas do Funpen para obras no sistema penitenciário



Foi publicada, no Diário Oficial da União, a Portaria nº 309, de 28 de setembro de 2021, que estabelece procedimentos, critérios e prioridades para concessão de recursos financeiros voltados à execução de obras de construção de cadeias públicas ou penitenciárias de segurança média. A portaria é um chamamento de projetos para dar continuidade ao Programa de Aprimoramento da Infraestrutura e Modernização do Sistema Penal que objetiva a redução do deficit carcerário e do custo da vaga nos sistemas prisionais estaduais e do Distrito Federal. Para as propostas do programa, o Depen financiará duas unidades de Cadeia Pública e duas de Segurança Média no valor de R\$ 49.900.000,00 para cada projeto, levando-se em conta a disponibilidade orçamentária.

Resoluções Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP



O Depen propôs e apoiou a iniciativa do Conselho Nacional de Políticas Criminais e Penitenciárias, de orientação às unidades federativas, no sentido de que adotem medidas eficazes para retirada dos pontos de energia das celas das unidades prisionais, bem como que não construam mais presídios com tomadas ou pontos de fácil acesso à energia (para os presos). Esse estudo foi o balizador para a publicação da Resolução nº 16, de 10 de junho de 2012, que estabelece medidas de eliminação de tomadas e pontos de energia do interior e das proximidades das celas nos estabelecimentos penais, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária.

Nessa mesma linha, o Depen apoiou as discussões e as resoluções sobre a visita íntima e sobre a coleta de material genético de condenados.

Regulamentação Polícia Penal Federal

Em 2021, o Depen concluiu a documentação necessária para regulamentação da Polícia Penal Federal e apresentou ao Ministério da Justiça e Segurança Pública proposta de ato normativo para a criação da carreira no âmbito do Ministério, bem como descrição das competências do novo órgão policial da União.

O material foi produzido pela Diretoria Executiva do órgão, com o apoio de grupos de trabalho instituídos pela Direção-Geral, bem como a contribuição de servidores de toda a instituição e entidades de classe.



Programa de reforma normativa do sistema penitenciário

Em 2021, sob demanda do Ministério da Justiça e Segurança Pública, o Depen compilou propostas de alterações legislativas que pudessem potencializar o uso do sistema prisional não só como instrumento de ressocialização, mas também como poderosa ferramenta de prevenção e combate ao crime organizado.

O sistema penitenciário integra o sistema único de segurança pública. São necessárias alterações legislativas para garantir a efetividade do Estado e do resguardo dos direitos individuais das pessoas presas e da sociedade.

O Programa seguirá, em 2022, para análise das áreas técnicas específicas no Ministério.

Alguns de nossos parceiros





Depen na rede. Siga. Compartilhe.

Instagram: @depen.mj

Twitter: @depenmj

www.gov.br/depen/



DEPEN. O ESTADO PRESENTE.

ELABORADO POR:
ASSESSORIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL